

Organização Ivaldino Tasca - Marina de Campos

Contextualização Histórica Adelar Heinsfeld - José Ernani de Almeida

15 dias que abalaram Passo Fundo

Os 50 anos do Movimento da Legalidade através dos jornais Diário da Manhã e O Nacional



2011

Organização

Ivaldino Tasca - Marina de Campos

Contextualização Histórica

Adelar Heinsfeld - José Ernani de Almeida

15 dias que abalaram Passo Fundo

Os 50 anos do Movimento da Legalidade através dos jornais Diário da Manhã e O Nacional

> Passo Fundo Projeto Passo Fundo 2011

> > Projeto Passo Fundo

Página na internet: www.projetopassofundo.com.br e-mail para contato: projetopassofundo@gmail.com

Livro no formato eletrônico /E-book

Do livro: História. Passo Fundo: Pd.Berthier, 2011. 84p.; il.; 21cm.

Todos os direitos reservados ao Autor.

O conteúdo deste livro NÃO pode ser reproduzido, copiado, gravado, transcrito ou transmitido por meios mecânicos, fotográficos ou eletrônicos, sem a referida citação de autoria.

Revisado pelo autor em: 28/10/2011

Q7 15 dias que abalaram Passo Fundo [recurso eletrônico] : os 50 anos do movimento da legalidade através dos jornais Diário da Manhã e O Nacional / organização Ivaldino Tasca, Marina de Campos ; contextualização histórica Adelar Heinsfeld, José Ernani de Almeida. – Passo Fundo : Projeto Passo Fundo, 2011.

E-book (formato PDF). ISBN 978-85-64997-21-9

Modo de acesso: World Wide Web: http://www.proje topassofundo.com.br>.

1. Passo Fundo (RS) – História. 2. Rio Grande do Sul – História. 3. Quadros, Jânio, 1917-1992 – Renúncia. 4. Brasil – His- tória – Crise de 1961. 5. Jornal O Nacional. 6. Jornal Diário da Manhã. I. Tasca, Ivaldino, coord. II. Campos, Marina de, coord. Heinsfeld, Adelar, colab. IV. Almeida, José Ernani de, colab.

CDU: 981.65

"A história é êmula do tempo, repositório dos fatos, testemunha do passado, exemplo do presente, advertência do futuro."

Miguel de Cervantes

"A rebeldia, aos olhos de qualquer pessoa que tenha estudado um pouco de História, é a virtude original do ser humano."

Oscar Wilde

Sumário

A LEGALIDADE EM PASSO FUNDO	. 11
O PANO DE FUNDO DA CAMPANHA DA LEGALIDADE	. 13
O CONTEXTO NACIONAL E INTERNACIONAL	.13
O SIGINIFICADO DA LEGALIDADE	. 21
UM MAIOR DE 68 EM PASSO FUNDO	. 27
O NACIONAL	.31
A HISTÓRIA DE QUEM REGISTRA A HISTÓRIA	.31
DIÁRIO DA MANHÃ	.33
UMA TRAJETÓRIA DE SUCESSO	. 33
JORNALISMO COM ALMA	. 34
CRONOLOGIA DE UM LEVANTE	.36

15 dias que abalaram Passo Fundo

A LEGALIDADE EM PASSO FUNDO

Ivaldino Tasca

Uma efervescência jamais repetida posteriormente foi o que viveram os passo-fundenses no período que vai do dia 26 de agosto ao dia 9 de setembro de 1961, dentro do que conhecemos por campanha pela Legalidade. Apenas a existência de uma pujante militância trabalhista em Passo Fundo não explica a magnitude da pronta e vigorosa reação surgida aqui clamando pelo cumprimento da Constituição vigente.

Mais do que compromisso com um partido político, no caso o PTB, que estava na Prefeitura Municipal e no Governo do Estado, a manifestação da população foi expressão de compro- misso com os princípios democráticos, com a ordem legal, com a normalidade institucional. Aqui, independente de sigla partidária, religião, profissão, classe social, sexo, se exigiu que João Goulart assumisse no lugar de Jânio Quadros conforme tinha sido determinado, majoritária e democraticamente, pelas urnas.

Os 15 dias que abalaram Passo Fundo nos deixaram várias lições, e uma delas foi essa da população ter sabido se postar com altivez, acima de divergências pequenas e eventuais, quando um valor mais alto foi posto em sua frente. Aqui aconteceu da sociedade pluralista se unir, sem abdicar da integridade individual, em torno de algo maior. Os acontecimentos locais foram expressão de uma comunidade que tinha exata consciência da gravidade da crise que atingiu a Nação e a consciência clara da postura que os fatos exigiam.

Esta publicação comemorativa aos 50 anos da Legalidade no Município mostra, através das páginas vibrantes dos dois jornais, o que aconteceu entre nós, quer homenagear e agradecer a população de Passo

Fundo daqueles dias de agosto/setembro de 1961 pela bela lição de democracia que nos deixou.

Agradecemos também a Universidade de Passo Fundo através da Vice-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e do Arquivo Histórico Regional e, ainda, ao Projeto Passo Fundo pela colaboração que tornou possível viabilizar esta publicação.

Boa leitura.

O PANO DE FUNDO DA CAMPANHA DA LEGALIDADE O CONTEXTO NACIONAL E INTERNACIONAL

Adelar Heinsfeld

O francês Fernand Braudel, talvez o maior historiador do século XX, ao conceituar a História, afirmou que "A História nada mais é do que uma constante indagação dos tempos passados em nome dos problemas e curiosidades - ou mesmo das inquietações e das angústias - do tempo presente que nos cerca e assedia". Hoje, quando lutamos para consolidar a Democracia brasileira, a assertiva de Braudel se torna cada vez mais verdadeira.

Inquietações do tempo presente nos levam a lançar um olhar ao passado, em busca de algumas explicações. Por outro lado, como já sabemos o que aconteceu posteriormente, temos condições de entender e avaliar melhor alguns acontecimentos do passado.

Há meio século, o Movimento da Legalidade marcou o ano de 1961 no cenário da política rio-grandense e brasileira. Os acontecimentos dos últimos dias de agosto e os primeiros de setembro daquele ano, em Porto Alegre, serviram para projetar nacionalmente o nome do então governador do Rio Grande do Sul, Leonel de Moura Brizola, e marcaram a história brasileira como um símbolo da resistência contra aqueles que pretendiam interromper a curta vida da experiência democrática no Brasil.

Este acontecimento que marcou de forma indelével a história riograndense não pode ser entendido por si só. A campanha da legalidade só foi possível em função das conjunturas nacional e internacional.

O estopim que originou a campanha da legalidade foi aceso com a renúncia do presidente Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961. Os ministros militares, Odilio Denys (Exército), Silvio Heck (Marinha) e Grün Moss (Aeronáutica), representando setores políticos e sociais brasileiros, se opuseram à posse do vice-presidente João Goulart, acusando o mesmo de, entre outras coisas, ter vínculos com setores radicais de esquerda, vínculos estes que poderiam colocar em risco a democracia e a liberdade no Brasil.

Jânio Quadros, no seu breve período presidencial, adotou uma política interna conservadora, mas, em compensação, sua política externa foi avançada, levando-se em consideração o contexto da época.

Os anos que se seguiram à Segunda Guerra mundial ficaram marcados pelo fenômeno da Guerra Fria, em que o mundo ficou dividido entre Capitalismo, liderado pelos Estados Uni- dos, e Socialismo, capitaneado pela União Soviética. Os demais países ficaram alinhados a uma ou outra destas duas potências. Somente a partir de 1955, na Conferência de Bandung, surgiu o movimento dos Países não-alinhados.

A Guerra Fria constitui um dos fenômenos mais importantes e polêmicos do século XX, e sua análise foi marcada por uma perspectiva ideológica. Muitos estudiosos reduzem a Guerra Fria ao próprio conflito ideológico, enquanto outros a abordam como uma luta pelo poder entre superpotências, objetivando à dominação mundial. Muitos estudos procuram, unicamente, estabelecer de quem é a "culpa" pelo seu desencadeamento: o "expansionismo soviético" (de caráter político), ou o "imperialismo americano" (de viés econômico), dentro de uma visão de história acidental ou dependente da vontade pessoal dos estadistas. Geralmente tais enfoques enfatizam uma dimensão militar-nuclear como eixo de análise, o que representa uma distorção da realidade.

Não é objetivo aqui explicar a Guerra Fria, mas apenas salientar que para entendê-la é necessário partir das condições e necessidades objetivas dos dois grandes protagonistas ao final da II Guerra Mundial, enfocando o contexto histórico mais amplo. Nesse sentido, a Guerra Fria adquire a dimensão de um conflito multifacetado, racionalmente explicável à luz das enormes transformações que marcaram o século XX.

O que nos interessa aqui é mostrar como a Guerra Fria influenciou, de forma geral, nos acontecimentos no Brasil, e de forma específica, como criou condições para o surgimento da campanha da legalidade.

A influência da Guerra Fria nos destinos da política interna brasileira já se fez sentir desde seu início. Logo após o fim da Segunda Guerra, o governo do General Eurico Gaspar Dutra levou o Brasil a aliar-se automaticamente aos Estados Unidos, na perspectiva de que o que "é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil". Já em 1947, houve o rompimento das relações diplomáticas com a União Soviética, foi cassado o registro do

Partido Comunista Brasileiro, bem como dos mandatos daqueles que haviam sido eleitos por aquele partido. Em agosto de 1954, a crise que resultou na morte do presidente Getúlio Vargas não pode ser dissociada da Guerra Fria. No ano seguinte, quando forças políticas reacionárias tentavam impedir que o presidente eleito Juscelino Kubitschek tomasse posse, uma das argumentações era que sua eleição tivera a participação e o apoio dos comunistas. Quando Jânio Quadros assumiu a presidência e optou por uma política externa independente, setores conservadores e reacionários ficaram alarmados. Vivia-se o auge da Guerra Fria; no entendimento de muitos, desvincular-se da órbita de poder norte-americana, e por conseguinte, do mundo "livre, ocidental, cristão e democrático" era criar condições para a comunicação do Brasil.

Ao implementar sua política externa independente, Jânio Quadros reata as relações diplomáticas do Brasil com países "satélites" da União Soviética, como Hungria, Bulgária e Romênia.

Além disso, ao buscar condições para reatar as relações diplomáticas com a União Soviética, anula as representações diplomáticas que o Brasil ainda mantinha junto aos governos exilados da Lituânia, Estônia e Letônia, países que haviam sido absorvidos pela grande potência socialista.

Ao procurar desvincular dos Estados Unidos a política externa brasileira, o presidente Jânio Quadros além de buscar uma aproximação com os países do bloco socialista, procurou aproximar o Brasil também do chamado Bloco dos países não alinhados. Em março de 1961, Jânio convida para uma reunião os presidentes Nasser, Nehru e Tito, respectivamente da RAU-República Árabe Unida (Egito, Síria e Iêmen), da Índia e da lugoslávia. No dia 4 de março de 1961, o Jornal Última Hora escreveu que: Nos meios diplomáticos considera-se que o novo governo brasileiro dedica grande interesse pela política internacional qualificada de "terceira forca". Adotando essa política. Brasil assumiria automaticamente a liderança mundial do neutralismo, desempenhando na América Latina o mesmo papel da lugoslávia na Europa, da RAU na África e da Índia na Ásia.

Uma outra questão que assustava as forças políticas e sociais conservadoras e reacionárias no Brasil era o governo cubano. Era inadmissível que o germe do comunismo internacional tivesse entrado no "quintal" da grande potência capitalista. Jânio, enquanto candidato à presidente, havia visitado Cuba. Após sua eleição, recebe de Fidel Castro uma declaração que o reconhece como um grande líder. Dizia o líder cubano: "Jânio Quadros será brevemente o Júpiter tonitruante da América Latina, que terá em suas mãos os raios que poderão mudar completamente o panorama político do Continente." No contexto da Guerra Fria, esta declaração causou sérias preocupações nos setores anticomunistas brasileiros.

No mês de agosto de 1961 quatro episódios ocorridos no contexto da Guerra Fria nos ajudam a entender o "pano de fun- do" que propiciou condições para a deflagração da campanha da legalidade:

1 - A construção do Muro de Berlim

Com a capital da ex-Alemanha nazista ocupada pelos vencedores da Segunda Guerra Mundial, moradores da Berlim oriental, ocupada pelos soviéticos, fugiam para a parte ocidental da cidade, ocupada pelos Estados Unidos, Inglaterra e França. Para impedir esta fuga, o governo da Alemanha Oriental, sob a chancela da União Soviética, resolveu construir um muro, sitiando Berlim ocidental. Este muro iniciado em 13 de agosto de 1961, ficou conhecido como o "Muro da Vergonha" e foi o símbolo maior da divisão do mundo entre Capitalismo e Socialismo durante a Guerra Fria.

Embora a construção do Muro de Berlim não tenha uma ligação direta com os acontecimentos no Brasil, sua construção representou o auge do conflito entre os mundos capitalista e socialista.

2- Conferência de Punta del Este (Uruguai)

Nesta conferência foi consolidada a Aliança para o Progresso, através da qual os Estados Unidos investiriam capitais na América Latina para erradicar a pobreza e a miséria e impedir que os germes do comunismo se aproveitassem desta situação e ingressassem nas áreas miseráveis do Continente. Os países da América Latina receberiam dos Estados Unidos 20 bilhões de dólares para resolver seus problemas internos. O confronto de posições entre Douglas Dillon e Ernesto Che Guevara, respectivamente chefes das delegações do Estados Unidos e de Cuba movimentou a Conferência.

Che Guevara foi a sensação da Conferência, pela denúncia da ação imperialista norte-americana e por representar o "novo" na América, tendo em vista que no mês anterior Fidel Castro havia declarado sua adesão ao marxismo-leninismo e, por conseguinte, iria construir em Cuba

uma experiência socialista. Como Che Guevara denunciou os propósitos colonialistas da Aliança para o Progresso, Cuba foi excluída da mesma.

3- Condecoração de Che Guevara

O ministro da Indústria de Cuba, após ter se destacado na Conferência de Punta del Este, na sua viagem de retorno parou em Brasília, onde o presidente Jânio Quadros, em 19 de agosto, o condecorou com a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, a maior comenda brasileira para estrangeiros que prestam serviços ao Brasil. A grande imprensa, representada pelos jornais O Globo, Jornal do Brasil, Tribuna da Imprensa, O Estado de São Paulo, atacou de uma forma virulenta o gesto do presidente brasileiro.

O almirante Pena Boto, presidente da cruzada brasileira anticomunista, chegou a propor o impeachment de Jânio Quadros, alegando
que ele havia colocado em risco a segurança nacional, ao condecorar um
guerrilheiro e representante de um governo comunista. No Congresso
Nacional, os ataques não foram menos violentos. O senador Padre
Calazans (UDN-SP) conhecido como "Carlos Lacerda de saias"
pronunciou um violento discurso questionando: "Não sei por que Che
Guevara foi condecorado. Por ter as mãos ensangüentadas como Fidel
Castro? Por que se fez assassino de milhões de cubanos?"

A condecoração a Che Guevara fez recrudescer as críticas a Jânio. Na opinião dos seus críticos, ele estava abrindo as portas ao "comunismo internacional".

4- Viagem de João Goulart à China

Objetivando uma aproximação com a China para incrementar o comércio brasileiro, Jânio Quadros determinou que o vice-presidente João Goulart fizesse uma visita oficial àquele país do Oriente. A viagem por si só já seria motivo de preocupação por parte daqueles que discordavam da política externa do governo brasileiro. A aproximar-se da China o Brasil estaria ainda mais vulnerável às forças do "comunismo internacional". A viagem reveste-se de uma maior significância ao consideramos o momento internacional, com o mundo vivendo o auge da Guerra Fria. O fato de a viagem ser empreendida por João Goulart assume um caráter ainda mais catastrófico. A relação de João Goulart com as forças sociais e políticas conservadoras era a pior possível, pois já havia um histórico de embates, desde quando Goulart foi Ministro do Trabalho no último governo de Getúlio Vargas.

Ao renunciar à presidência da República, em 25 de agosto de 1961, alegando que forças terríveis tramavam contra seu governo, Jânio Quadros criou condições para que o país passasse por uma das mais graves crises institucionais da sua história. Muito já se discutiu sobre quais seriam os verdadeiros motivos da renúncia. Mas sejam quais forem, Jânio, com seu ato, proporcionou a chance que os conservadores e reacionários tanto queriam, pois já haviam tentado implementar o golpe em outras circunstâncias recentes (1954, 1955...)

Quando os golpistas tentam impedir que o vice-presidente assuma o cargo que por direito lhe pertencia, o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, desencadeia a resistência ao golpe, em nome do cumprimento dos dispositivos constitucionais.

Enquanto em Porto Alegre, civis, militares e brigadianos estavam dispostos a pegar em armas para defender a Constituição e a legalidade,

capitaneados pelo governador Brizola, no Rio de Janeiro, o governador da Guanabara Carlos Lacerda (UDN), notório golpista, em 28 de agosto publicou na primeira página do seu jornal Tribuna da Imprensa, um apelo ao ministro do Exército: "Denys, agora é escolher: comunismo ou democracia". Como se percebe o clima da Guerra Fria esquentava no Brasil

Na esteira do conflito maior – capitalismo x comunismo - a campanha da legalidade desencadeada em Porto Alegre espraiava-se por todas as cidades do interior do Rio Grande do Sul.

Em Passo Fundo, os jornais Diário da Manhã e O Nacional registraram aqueles momentos impregnados de tensão. Em várias edições noticiam a mobilização passo-fundense em prol da legalidade. Na edição de O Nacional de 5 de setembro de 1961, parafraseando o jornalista John Reed – o único norte-americano que rompeu a linha da Guerra Fria e está sepultado no Kremlim – o periódico sintetizou numa manchete cheia de significados aqueles dias de crise institucional: "Dez dias que abalaram o Brasil".

Doutor em História Docente do Programa de Pós-Graduação em História

O SIGINIFICADO DA LEGALIDADE

José Ernani de Almeida

Foi em 1961 que um panorama, em esboço desde a década de 1940, começou a se precisar no Brasil. Chegava o tempo na história de nossa elitista República para as classes trabalhadoras começarem a se esboçar. Nos anos 1940, com a edição da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), onde se resumiam as aspirações de amplos contingentes de trabalhadores urbanos por condições decentes de vida que vinham sendo reivindicadas há décadas, que o operariado ganhou força. Nos anos 1950, as campanhas nacionalistas avançaram com a criação da Petrobras e os aumentos salariais concedidos por Vargas, que ampliaram as conquistas dos trabalhadores. Ao lado de efetivas conquistas, algumas de inegável alcance histórico, chamava atenção a participação cada vez maior dos trabalhadores nos assuntos políticos, da gestão dos quais sempre haviam sido excluídos. Este próprio protagonismo inédito já era um prenúncio de novos tempos.

O marco foi, evidentemente, a tentativa de golpe, media- da por uma renúncia perpetrada por Jânio Quadros. O tiro saiu pela culatra. As elites dominantes já não aturavam mais seus caprichos e atitudes imprevisíveis. Muitos sustentam, com alguma razão, que a renúncia de Jânio Quadros não teve nada de racional, teria sido apenas manifestações de instabilidade tradicional ou/e dos vapores do álcool – do uísque, mais precisamente. Outros defendem a tese de um golpe bem urdido, mas pessimamente executado. Nas eleições de 1960, as elites haviam mobilizado a sociedade a favor de sua figura para conter a onda nacionalista e popular, agrupada em torno da candidatura do marechal Henrique Teixeira Lott. O entusiasmo com a vitória de Jânio, porém, durou pouco, em face dos ziguezagues e incoerências. Daí por que aceitaram imediatamente a renúncia e, a partir de então, através dos ministros

militares, trataram de impedir a posse do vice-presidente legal João Goulart, na ocasião, e talvez não por acaso, em viagem oficial à República Popular da China. A viagem de Jango – para um país comunista – é outro fato polêmico. Teria sido peça que se encaixou casualmente no esquema de Jânio ou foi elemento tecido numa trama previamente definida? Estas questões são levantadas no livro O colapso do populismo, organizado por Jorge Ferreira.

Jânio era tão mimado que nem julgou necessário preparar nada. Não combinou o golpe com os ministros militares, ou com os parlamentares e governadores que lhe eram fiéis. Não o fez nem mesmo com os auxiliares mais próximos. Esperava que tudo lhe caísse no colo, como acontecera outras vezes na vida, useiro antigo que era do recurso do "não brinco mais". No fundo, estava despreparado até para a mais comezinha das responsabilidades de um chefe de governo, que é administrar pressões. Daí sua aflição com a oposição e a impaciência com os constrangimentos constitucionais. Ele não era apenas um louco que se imaginava Jânio Quadros, como disse um político da época, talvez Carlos Lacerda. Seu caso era mais grave. Era um mistificador de tal ordem que acabou mistificando a si mesmo, vendo De Gaulle ao se olhar no espelho e confundindo o Brasil com a França. (De Gaulle, que renunciou ao poder na França, em 1946, e doze anos depois, em 1958, foi convocado a voltar para debelar o caos e a ameaca de guerra civil que se esbocava no país em paralelo à guerra de independência da Argélia, era o modelo de Jânio). Entretanto, tudo deu errado. Para o historiador Fran- cisco Iglesias, "entre as várias maneiras de alquém entrar para a História, Jânio escolheu a cômica".

Para muitos historiadores, se as elites houvessem obtido êxito, quem sabe, talvez a ditadura militar começasse com dois anos e meio de antecedência. Mas não tiveram. Desta vez, a "guerra da saliva" não funcionou. Não porque fora deixado de lado: a saliva escorreu abundante, juntamente com o mais poderoso equipamento militar que os oficiais de nossas forças armadas conhecem – o telefone. Mas é que, do outro lado

da linha, surgiu um certo personagem, Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul, que exclamou: "Desta vez eles não levarão pelo telefone!". A pitoresca frase deu início à resistência que acabou desagregando o golpe.

Brizola persuadiu o comandante do III Exército, general Machado Lopes, a enfrentar com ele a situação e organizou uma contrarede de comunicação pelo país afora – a Rede da Legalidade –, conclamando o povo gaúcho à luta armada, se fosse o caso.

Não foi o caso. Não houve luta. Como em Itararé, ambas as partes recuaram. Os golpistas escaparam de punições e garantiram a votação de uma emenda constitucional, podando, de forma casuística, os poderes presidenciais de João Goulart. Foi imposto um parlamentarismo híbrido, com a aquiescência de Jango. A um presidente enfraquecido, associavase um par- lamento fraco.

Para o historiador Daniel Aarão Reis, "foi um convite ao caos. Os radicais de ambos os lados enfureceram-se. À direita, sustentava-se que os golpistas tinham mais força e que, num enfrentamento, ganhariam a parada. À esquerda, lamentava-se a pusilanimidade de Jango, que deveria ter aproveitado o momento favorável e infligido uma derrota histórica a seus inimigos."

Dentro deste contexto a Campanha da Legalidade, liderada por Leonel Brizola, insere-se nos movimentos sociais que, em muitos lugares do país, dispuseram-se a resistir à tentativa golpista. Aqui no Rio Grande do Sul a mobilização popular ganhou intensidade única. Este protagonismo popular iria se ampliar. Doravante, havia que contar com ele, como uma peça essencial no xadrez político nacional.

Na verdade a Campanha da Legalidade, um acontecimento tratado com superficialidade e com toda a distância possível, notadamente durante o período militar, foi uma ampla mobilização popular de conteúdo democrático, que teve como protagonistas os mais importantes nomes que seriam banidos da vida pública brasileira na fase pós-64. Um outro

elemento fundamental, para remetê-la ao esquecimento, segundo o historiador Luiz Roberto Lopes, "é o fato de que o movimento teve também o apoio ostensivo dos militares, numa das raras ocasiões em que o Exército, no caso o III Exército, esteve literalmente do lado das massas populares".

Os movimentos populares, entretanto, na avaliação de Daniel Aarão Reis, no artigo O Populismo e sua História, "não avaliaram devidamente que o desfazimento do golpe fora condicionado pela improvisação de seu desencadeamento, pela indecisão das elites dominantes, pelas suas divisões, tudo isto refletindo, em larga medida, a atonia e a perplexidade da sociedade, das classes médias em particular, diante da inesperada renúncia de Jânio. Uma análise mais serena dos acontecimentos teria aconselhado a ver a posse de Jango como apenas uma vitória parcial, haja vista a diminuição de seus poderes e o fato de que nenhuma punição tinha sido desferida sobre os chefes golpistas e sua gente. Mas não foi isto que aconteceu. A simples leitura dos jornais, das declarações e dos comunicados representativos dos movimentos populares evidencia uma incontida euforia, não de todo destituída de fundamento, mas que exagerava naquele momento, e amplamente, em relação às suas possibilidades concretas e à sua real força política.

O historiador destaca que "o mais importante ainda é que tendeuse a perder de vista, no campo dos movimentos populares, que a posse de Jango fora garantida por um argumento essencial na conjuntura: a defesa da Legalidade.

Em suas arengas, repercutidas pela Rede da Legalidade, o governador Leonel Brizola frisava muito bem este ponto: antes de tudo o mais, tratava-se de defender a democracia, a lei e a ordem institucional contra as quais investiam os golpistas. Em torno desta atitude geral e destas bandeiras, centradas na legalidade constitucional, e não em um programa de reivindicações populares, propositivo e ofensivo, é que se

haviam mobilizado as forças que paralisaram os golpistas, chamados então de gorilas.

Polêmica e remetida a uma espécie de "limbo da história", a Campanha da Legalidade, cujos 50 anos agora estão sendo comemorados, está circunscrita à tradição de levantes gaúchos (Guerra dos Farrapos 1835-1845, Guerras Civis de 1893-1895 e 1923, Revolução de 1930). O historiador Décio Freitas destaca que em 1961, "a crescente hegemonia do capital monopolista instalado no Sudeste solapava as bases tradicionais da economia rio-grandense e acentuava a desigualdade do desenvolvimento econômico".

É importante lembrar também que, se em 1835 e 1930, as lideranças provinham quase exclusivamente do universo das oligarquias agrárias, em 1961 a presença carismática de Leonel Brizola mudava a insurreição legalista. Joaquim Felizardo, em seu livro A Legalidade, O Último Levante Gaúcho, assevera que "apesar de ter na sua biografia sofrimento causado pelos desmandos borgistas e, em aparente contradição, ser influenciado pela ideologia castilhista, filtrada pelo pensamento social de Getúlio Vargas, o governador trazia um dimensão moderna: ele estava muito mais próximo dos desígnios populares que os seus antecessores, na medida em que não possuía nenhuma relação especial com o latifúndio. No sentido positivo do termo, era uma espécie de tribuno da plebe".

Para Felizardo "implícitas estavam naquele episódio outras aspirações, mais democráticas e igualitárias, autorizadas pela conduta progressista da administração estadual de Brizola". Deve-se ressaltar que no governo Brizola (1955-1958), foram amplos os investimentos estatais, a encampação de empresas estrangeiras, a monumental rede de escolas batizadas de Brizoletas, o programa de moradias populares — tudo isso presente na consciência das massas e da pequena burguesia urbana. Por tal motivo, talvez, as classes dirigentes sulistas jamais incluiriam no seu calendário uma "Semana da Legalidade".

15 dias que abalaram Passo Fundo

Mestre em História

UM MAIOR DE 68 EM PASSO FUNDO

Marina de Campos

"Revolução, eu te amo". Foram estas as palavras que me tocaram à primeira vista, quando enfim descobri o que havia acontecido naquele ano. Pois não estive presente no Maio de 68 francês, e nem em todas as outras greves, revoltas, passeatas e manifestações populares do último século. Ainda assim, o caráter revolucionário destes eventos me impressionava. Horas em frente ao computador, passeando por todo tipo de fotografias, depoimentos e lembranças daqueles dias, me inspiravam a ponto de desejar voltar no tempo e ser um daqueles jovens que começaram "uma revolução a partir de suas camas", como dizia a música, já que o estopim de sua rebeldia, pelo que se tem registro, foi o fato de que a renomada Universidade de Nanterre não permitia que os quartos da residência estudantil fossem divididos por estudantes de sexo oposto.

Na excitação por mergulhar em um dos acontecimentos tidos como chave para as transformações do final dos anos 1960, demorei a me perguntar se esse era um motivo digno das proporções que a revolta alcançou depois que se espalhou por Paris arrastando também a classe operária para as ruas, em semanas de barricadas e confronto direto com a polícia francesa. A visão geral de um levante de estudantes e trabalhadores parisienses era, naquele tempo e mesmo agora, muito mais atrativa do que as reivindicações que geraram tudo isso. A pequena e inconsequente aventura inicial se tornou grandiosa, mexeu com os nervos do general De Gaulle e entrou para os livros de história. Era o suficiente.

Mas de repente me deparo com uma manifestação genuína, apoiada não apenas por estudantes e operários, mas jornalistas, comerciantes, políticos, religiosos e donas de casa, e baseada no simples direito de deixar as coisas correrem naturalmente, como deve ser. Mas se

a própria origem da palavra revolução está no ato de revolver, mexer, revirar, o que aconteceu ali afinal? E ainda mais importante para mim naquele momento: ha- via mesmo acontecido aqui, numa pequena cidade do interior do Rio Grande do Sul, num Brasil em pleno início dos anos 1960? Era verdade, eu havia encontrado o meu "Agosto de 61" passofundense.

Como jornalista, nada poderia proporcionar mais prazer ou fazer entender melhor o que se passou naqueles dias do que as edições dos jornais da época. Quanto mais amareladas, rasgadas ou manchadas as suas páginas, mais verdade parecia existir naquelas manchetes exaltadas, tomadas por adjetivos e exclamações que hoje não existem mais. "Brasil à beira do abismo!", "Porto Alegre em pé de guerra!", "Nave de guerra ruma ao Rio Grande do Sul", "COVARDES!", "Brasil à margem de uma guerra civil", "Palhaçada do Congresso", "Posse de Jango até a preço de sangue!". Difícil transpor isso para a realidade atual, ou mesmo acreditar que tenha acontecido aqui um dia, logo no primeiro ano da década que virou o mundo de cabeça para baixo.

Diferente do famoso Maio de 68, no qual o que me impressionava era, sobretudo, a manifestação a despeito da causa, aqui eu percebi que os rumos da nação estiveram nas mãos desse levante. Recebendo os acontecimentos sem interferência do presente, e constituindo uma visão baseada apenas no que os jornais ofereciam, não pude esquecer de tudo aquilo que já sabia, e ter a mais perfeita impressão de que o golpe que se deu cerca de dois anos e meio depois e colocou o Brasil em estado ditatorial poderia muito bem ter acontecido entre aqueles dias, após a renúncia de um presidente excêntrico demais para ser decifrado por completo.

E foi só então que pude compreender as reais dimensões da campanha da Legalidade. Um muro mais inexorável que o de Berlim foi construído rapidamente, não para dividir, mas para impedir o envenenamento da Constituição. Sem sequer uma pedra, essa muralha

contou apenas com a força da vontade do povo, unido e conduzido por Leonel Brizola, barrando os planos golpistas que ameaçavam desviar os rumos da nação.

O último dos anos 1980 marcado na minha certidão de nascimento não deixa saber se os tempos, as pessoas e a vontade de lutar eram mesmo diferentes de agora, como entoam os mais velhos e repetem os jovens nostálgicos daquilo que não viveram. Nesse momento, isso não importa. Descobrir esse episódio me provoca um misto de assombro e orgulho por Passo Fundo.

Passo a enxergar em suas ruas um pouco da beleza das ruazinhas de Paris e sua herança rebelde, com ou sem causa. Sei que aqui não houve confrontos, explosões nem bandeiras, ou mesmo o glamour guerrilheiro daquela manifestação, mas houve sim um bom motivo. Algo que mobilizou uma cidade inteira, uma população decidida a literalmente firmar o pé e não se curvar a uma farsa bem orquestrada, mas pretensamente apoiada na ideia de um povo sem voz. Somando suas ações às da capital, ambas levadas adiante pelo resto do país muito rapidamente, estas manifestações soaram como intangível ameaça e ajudaram a fazer recuar um fantasma que bem poderia ter mudado o que somos hoje.

Nestas próximas páginas, estes 15 dias que abalaram Passo Fundo se descortinam da forma mais natural possível, com o mínimo de interferência do presente, pois a capa de um jornal deve falar por si só. Trazendo os dois diários locais da época, um fabuloso diálogo se estabelece. Medo, tensão, dúvida, engajamento, coragem, satisfação e alívio estão presentes, rapidamente substituídos um pelo outro, num dinamismo impressionante para a época, a ponto de causar inveja ao jornalismo de hoje em dia.

Minhas palavras pessoais demais, mal-encaixadas entre as de verdadeiros conhecedores do assunto, devem servir para aqueles que, como eu, não viveram esse tempo e nem muitos outros que gostariam de ter vivido, mas entendem que às vezes surgem discretas oportunidades de simplesmente voltar. Visitar, como este livro visita, um fim de agosto e um início de setembro ainda em preto e branco, habitado por homens e mulheres tão pouco diferentes de nós, mas que fizeram aquilo que deveríamos fazer ao levantar todas as manhãs: uma nova revolução a cada dia.

O NACIONAL A HISTÓRIA DE QUEM REGISTRA A HISTÓRIA

O Jornal O Nacional é uma das empresas mais antigas de Passo Fundo. Fundado por Herculano Annes em 1925, como periódico independente. Em maio de 1940 passou a ser dirigido pelo jornalista Múcio de Castro até agosto de 1981 quando veio a falecer. Naquele ano, assumiu a presidência Múcio de Castro Filho.

No jornal modelo standard aos dias atuais muitas coisas mudaram. E esta mudança não foi só no tamanho, já que o modelo tabloide foi adotado a partir da década de 1990.

O meio do jornal também evoluiu na mesma proporção em que surgiram as mais variadas mídias. Atualmente o Jornal O Nacional é o produto âncora do Grupo Editorial O Nacional, que edita também cadernos especiais e segmentados, anuários e produz eventos como o Seminário da Bioenergia.

Dentro desta breve contextualização, imprescindível dizer que o veículo Jornal, que se mantém firme ao longo de 86 anos, tem contribuído para o registro histórico especialmente do município. As coleções guardadas no Arquivo Histórico Regional são hoje as mais consultadas por estudantes e pesquisadores. O dado reforça a missão desta empresa que, apesar de se adaptar e se reinventar para acompanhar o processo da evolução tecnológica, não abandona o papel primordial de continuar sendo um documento.

Foi assim na divulgação da "Campanha da Legalidade", episódio da história política brasileira que ocorreu após a renúncia de Jânio Quadros da Presidência do Brasil em 1961, em que diversos políticos e setores da sociedade defenderam a manutenção da ordem jurídica - que previa a posse de João Goulart. Outros setores da sociedade - notadamente os militares - defendiam um rompimento na ordem jurídica, o

impedimento da posse do vice-presidente e a convocação de novas eleições.

O Jornal O Nacional dedicou espaço editorial importante para a divulgação deste momento histórico do país e que teve como cenário o Palácio Piratini e protagonista Leonel Brizola.

DIÁRIO DA MANHÃ UMA TRAJETÓRIA DE SUCESSO

O jornal Diário da Manhã, fundado em Passo Fundo pelo jornalista Túlio Fontoura em 28 de Novembro de 1935 e que o dirigiu até 1979, pertence à Empresa Jornalística Diário da Manhã Ltda., e está posicionada entre os grupos editoriais mais expressivos do Rio Grande do Sul. O periódico teve, também, como diretores Dyógenes Auildo Martins Pinto (1972/1998) e Vinicius Martins Pinto (1997/2003). Nos dias de hoje tem como diretora presidente Janesca Martins Pinto e como diretora vice-presidente Ilânia Pretto Martins Pinto.

A empresa Jornalística Dário da Manhã mantém, além do jornal de Passo Fundo, o jornal Diário da Manhã em Carazinho e o jornal Diário da Manhã em Erechim e três emissoras de rádio: Diário FM – 98.7MHz e Dário AM – 570 KHz, ambas em Passo Fundo e a Diário AM Carazinho – 780KHz. Perfeita- mente integrado na vida dessas três destacadas comunidades do Norte do Rio Grande, a empresa faz um radio-jornalismo dinâmico e moderno, dando expressiva colaboração para o desenvolvimento regional.

Durante a memorável campanha pela Legalidade, precipitada pela renúncia do então presidente Jânio Quadros, o jornal Diário da Manhã, sob a direção de Túlio Fontoura, assumiu posição firme, tão logo os acontecimentos se precipitaram, pelo cumprimento dos dispositivos constitucionais que previam a posição do vice-presidente João Goulart. Até o final da crise, com a posse de Goulart, o jornal mostrou em detalhes toda a mobilização acontecida na comunidade passo-fundense e se tornou privilegiado porta-voz dos anseios locais.

JORNALISMO COM ALMA

Folhear as edições de 26 de agosto a 9 de setembro de 1961 dos jornais Diário da Manhã e O Nacional com a cobertura do movimento da Legalidade é experiência notável.

Os diretores Múcio de Castro, de O Nacional, e Túlio Fontoura, do Diário da Manhã, nos deixaram, nessas páginas históricas, exemplo vivo de como cumprir suas obrigações com alma. E, claro, também com garra, muita garra.

Aquele agosto/setembro requeria posições claras sem subterfúgios, pedia postura altaneira, exigia coragem e lucidez de todos e especialmente dos jornalistas, pois se admita ou não nos dias de hoje, estivemos perto de uma guerra civil – ao menos se viveu parte da tensão que a antecede. E os dois jornalistas souberam ser fiéis às exigências da história, como veremos nas páginas seguintes.

Numa época de imensas precariedades tecnológicas, quando os títulos das matérias eram montados letra por letra, o texto composto em chumbo derretido pelas linotipos e a impressão era na base de folha por folha – algo jurássico se com- parado com a realidade de hoje – os jornais locais foram de uma objetividade, atualidade, precisão e combatividade de deixar alguns colegas encabulados.

Pelo fato do Diário da Manhã ser matutino e O Nacional vespertino, o leitor de Passo Fundo teve chance de acompanhar quase em tempo real o desenrolar desse acontecimento denominado Movimento pela Legalidade, evento histórico de magnitude ímpar. A manchete da tarde era uma suíte da manchete matutina e a manchete da manhã era suíte da manchete vespertina do dia anterior.

Neste momento em que assinalamos os 50 anos da Legalidade, quem agradecerá os dos dois diretores – Múcio de Castro e Túlio Fontoura

 pelo legado que possibilita ter visão objetiva de como passo-fundenses viveram e enfrentaram os acontecimentos?

Os editores

CRONOLOGIA DE UM LEVANTE

Como as edições dos jornais Diário da Manhã e O Nacional entre 26 de agosto e 9 de setembro de 1961 contam o que foi o Movimento da Legalidade em Passo Fundo.

MANHÃ DE SÁBADO, 26 DE AGOSTO DE 1961



TARDE DE SÁBADO, 26 DE AGOSTO DE 1961



A CARTA-RENÚNCIA DE JÂNIO QUADROS



Fui vencido pela reação e assim deixo o governo. Nestes sete meses cumpri o meu dever. Tenho-o cumprido dia e noite, infatigavelmente, trabalhando prevenções, nem rancores. Mas baldaram-se os meus esforços para conduzir nação, que pelo caminho de verdadeira libertação sua política econômica, a única que possibilitaria o progresso efetivo e a justiça social, a que tem direito o seu generoso povo.

Desejei um Brasil para os brasileiros, afrontando, nesse sonho, a corrupção, a

mentira e a covardia que subordinam os interesses gerais aos apetites e às ambições de grupos ou de indivíduos, inclusive do exterior. Sinto-me, porém, esmagado. Forças terríveis levantam-se contra mim e me intrigam ou infamam, até com a desculpa de colaboração.

Se permanecesse, não manteria a confiança e a tranquilidade, ora quebradas, indispensáveis ao exercício da minha autoridade. Creio mesmo que não manteria a própria paz pública.

Encerro, assim, com o pensamento voltado para a nossa gente, para os estudantes, para os operários, para a grande família do Brasil, esta página da minha vida e da vida nacional. A mim não falta a coragem da renúncia.

Saio com um agradecimento e um apelo. O agradecimento é aos companheiros que comigo lutaram e me sustentaram dentro e fora do governo e, de forma especial, às Forças Armadas, cuja conduta exemplar, em todos os instantes, proclamo nesta oportunidade. O apelo é no sentido

da ordem, do congraçamento, do respeito e da estima de cada um dos meus patrícios, para todos e de todos para cada um.

Somente assim seremos dignos deste país e do mundo. Somente assim seremos dignos de nossa herança e da nossa predestinação cristã. Retorno agora ao meu trabalho de advogado e professor. Trabalharemos todos. Há muitas formas de servir nossa pátria.

BRASÍLIA, 25 DE AGOSTO DE 1961 JÂNIO QUADROS



DOMINGO, 27 DE AGOSTO DE 1961



O poder legislativo e o poder executivo se manifestam



A renúncia do Presidente Jânio Quadros traumatizou a nação brasileira que via em S. Excia. o arauto da independência política e econômica de nossa Pátria. O Presidente Jânio Quadros, nos sete meses de seu governo, imprimiu novas diretrizes a esta Nação, nos diversos segmentos da vida interna e formulou linhas mestras para а nossa política internacional, libertando-a de um anacronismo pernicioso e maléfico de grupos nacionais e internacionais. Manifesta sua disposição de lutar e sua confiança em órgãos públicos no sentido de que seja encontrada uma saída constitucional que permita ao Presidente Jânio Quadros exercer o mandato que o povo livre do Brasil lhe

outorgou. Ao permitir a renúncia do Presidente, proclama ao povo de Passo Fundo, Rio Grande e do Brasil, a sua inabalável decisão de lutar pela preservação da ordem constitucional, entregando o poder a quem de direito. Repele, por conseguinte, qualquer golpe contra as instituições republicanas.

Apelo aos estudantes, aos operários e ao Povo de Passo Fundo de que apoiem a atitude do Órgão Legislativo em exigir a posse do legítimo representante da vontade popular. Ao mesmo tempo manifesta sua confiança no mesmo povo e nas autoridades para que sejam mantidas a ordem e a tranquilidade pública. A presente proclamação será transmitida ao Congresso e ao Presidente Interino da República, à Assembléia e ao sr. Governador do Estado.

Passo Fundo, 26 de agosto de 1961.



SEGUNDA-FEIRA, 21 DE AGOSTO DE 1961







"Aos meus camaradas das Forças Armadas e ao povo brasileiro. Tomei conhecimento, nesta data, da decisão do Senhor Ministro da Guerra, Marechal Odílio manifestada ao representante do aoverno do Rio Grande do deputado Rui Ramos, no Palácio do Planalto, em Brasília, de não permitir que o atual Presidente da República,

Sr. João Goulart, entre no exercício de suas funções, e ainda, de detê-lo no momento em que pise o território nacional.

Mediante ligação telefônica, tentei demover aquele eminente colega da prática de semelhante violência, sem obter resultado. Embora afastado das atividades militares, mantenho um compromisso de honra com a minha classe, com a minha pátria e as suas instituições democráticas e constitucionais.

E, por isso, sinto-me no indeclinável dever de manifestar o meu repúdio à solução anormal e arbitrária que se pretende impor à Nação.

Dentro dessa orientação, conclamo todas as forças vivas do país, as forças da produção e do pensamento, dos estudantes e intelectuais, dos operários e o povo em geral, para tomar posição decisiva e enérgica no respeito à Constituição e preservação integral do regime democrático brasileiro, certo ainda de que os meus camaradas das Forças Armadas saberão portar-se à altura das tradições legalistas que marcam sua história no destino da Pátria."

...e a imediata prisão de Lott

O manifesto lançado pelo marechal Henrique Batista Duffles Teixeira Lott um dia após a renúncia de Jânio Quadros foi de extrema importância para a vitória da Legalidade e a posse de Jango. O mineiro Lott havia sido ministro da Guerra nos governos de Café Filho e de Juscelino Kubitschek. Em 11 de novembro de 1955, conseguiu evitar o contragolpe militar tramado contra a posse de JK e de seu vice João Goulart. Em 1960 concorreu à presidência da República pelo PSD e pelo PTB e foi derrotado por Jânio Quadros.

Na crise de agosto de 1961 Leonel Brizola falou com Lott e recebeu a sugestão de procurar apoio em chefes militares na- cionalistas, entre eles os generais do Exército Oromar Osório, comandante em Santiago, e Peri Bevilacqua, em Santa Maria. O marechal apelou ao ministro da Guerra Odílio Denys para a necessidade de se preservar a ordem constitucional e como não teve sucesso lançou um incisivo manifesto que foi transmitido pelas emissoras de rádio do Rio Grande do Sul e reproduzido em todo o país, inclusive nos dois jornais de Passo Fundo.



Em função deste manifesto, Lott foi imediatamente preso, acusado de subversão, por determinação do Ministério da Guerra, e conduzido à

fortaleza de Laje, no Rio de Janeiro. Condenado a 30 dias, cumpriu apenas 15.

DRAMÁTICA PROCLAMAÇÃO DO GOVERNADOR LEONEL BRIZOLA



Na madrugada de 27 de agosto, Leonel Brizola fez um dos muitos discursos dramáticos que pontuariam a campanha pela Legalidade. Como introduz a matéria publicada na edição do Jornal O Nacional do dia 28, "mais ou menos às 2 horas da madrugada, o Governador pronunciou declarações amplas através da impressionante conclamação que fez à população riograndense". Tomando meia página standard, o extenso discurso deixava claro o clima de preocupação que pairava naqueles primeiros dias que se seguiram à renúncia de Jânio. "Nosso país está vivendo horas muito tensas, horas dramáticas em face da situação política, desta lamentável situação, porque num país de quase setenta milhões de habitantes, que se diz progressista, no país da tradição do Brasil, é realmente de estarrecer que tenhamos de viver dias e momentos como estes". Outros trechos como esse revelam a importância do papel de Brizola dentro do movimento.

Durante os dias de hoje, meus conterrâneos, deixando de lado o trabalho que todos deveremos dar durante todos os instantes disponíveis para tratar exclusivamente dessa situação dramática, por um lado também tem aspectos até de ridículo, porque isto é uma demonstração de que em lugar de muitas crianças e de muitos adultos que não sabem ler, deveríamos fazer voltar para a escola muitos dos que se consideram dirigentes dessa nação. Deveriam começar a aprender novamente o ABC do civismo, para poder voltar a servir a Nação.

"Deveríamos fazer voltar para a escola muitos dos que se consideram dirigentes dessa nação"

Dirijo-me agora aos meus conterrâneos, dizendo que diante desse fato nós gaúchos somente teremos uma única posição a assumir. E esta é a posição do Gôverno, desse Rio Grande, que nunca se dobrou à imposição de ninguém, ainda mais àquelas imposições que rasgam as leis e as constituições do país. Nós que governamos o Rio Grande do Sul, não aceita- remos quaisquer golpes, não assistiremos passivamente quaisquer atentados às liberdades públicas e à ordem constitucional. Reagiremos como estiver no nosso alcance, nem que seja para sermos esmagados. Mas defenderemos a honra e as nossas tradições. A Constituição do país tem que ser respeitada. E eu duvido muito que êsses apêlos ao golpe, como também na ordem para que se execute o golpe, encontrem lugar e encontrem guarida nos corações e na consciência dos soldados da nossa pátria, daquela que juraram defender.

"Reagiremos como estiver no nosso alcance, nem que seja para sermos esmagados"

A politicagem, os sentimentos inferiores golpistas de alguns círculos desta república, vêm entendendo que não se deva dar posse ao vice-presidente, ou melhor, que se deva impedir que o presidente constitucional do Brasil que neste momento já é o sr. João Goulart, impedir que o presidente constitucional do nosso país exerça as suas funções.

"Desde a estância humilde até o maior indutrial da cidade não desejam o regime do abuso da autoridade"

Nós não queremos a desordem, nós queremos a ordem e a paz. Nós não queremos a anarquia. Nós não queremos o caos. Nós desejamos é o respeito ao princípio de autoridade e queremos a ordem legal, o império da lei e da Constituição. Que assumam a responsabilidade aqueles que têm a intenção e que pretendem atentar contra a ordem constituída. Assumam a responsabilidade, porque êles irão verificar que o povo e as autoridades públicas, que os professores, que os jornalistas, que os intelectuais, que os estudantes, que os trabalha- dores, que os agricultores do interior, desde a estância humilde até o maior indutrial da cidade não desejam e não querem o regime do arbítrio, o regime do abuso da autoridade em nosso país.

"Esta atitude inaceitável poderá jogar este país no caos, na desordem, numa luta sangrenta e na guerra civil"

O dr. João Goulart, nessa altura, já é o presidente constitucional do Brasil. Mesmo encontrando-se no exterior êle já é o presidente do Brasil e a autoridade tem que ser respeitada e acatada. O govêrno do Rio Grande, tenho a certeza falando em nome de seu povo, não pactua e não aceita nem assistirá passivalmente quaisquer golpes ou violências contra a

ordem constituída. Confio na ação de meus conterrâneos, tendo certeza que a cada gaúcho caberá assumir a posição adequada nesse momento difícil da nossa Pátria.

"Deste velho soldado pode se discordar, seja de suas idéias políticas, seja de suas atitudes, mas ninguém poderá deixar de reconhecer em Lott um homem de grande gabarito moral"

Aguardemos os fatos, vigilantes e atentos. Espero que estes homens que têm a coragem de lançar esta ofensa à Nação, que reexaminem esta atitude inaceitável, este desatino, que poderá, inclusive, trazer imensas dificuldades e sofrimentos ao povo brasileiro que temos o dever de servir, que poderá jogar este país no caos, desordem, numa luta sangrenta e na guerra civil.

"Nós não queremos a desordem, nós queremos a ordem e a paz. Nós não queremos a anarquia. Nós não queremos o caos"

Nem preciso referir, nas minhas considerações, outras provas desses fatos estranho e desditosos para o nosso País, senão o manifesto que acaba de expedir para toda a Nação o marechal Henrique Lott, com sua autoridade moral, porque deste velho soldado pode se discordar, seja de suas idéias políticas, seja de suas atitudes, mas ninguém poderá deixar de reconhecer nele um homem de grande gabarito moral.

Pois bem, é o Marechal Lott que se dirige aos seus companheiros e camaradas das fôrças armadas e ao povo brasileiro, afirmando que tomou conhecimento no dia de hoje da decisão do sr. Ministro da Guerra, Marechal Odílio Denys, manifestando no representante do gôverno do Rio Grande do Sul, no Palácio do Planalto em Brasília, de não permitir que o

atual presidente da República, atentem bem para estas palavras, que o atual presidente da República entre no exercício de suas funções e ainda de detê-lo, prendê-lo, no momento em que desembarcasse em território nacional.

Levo êste apêlo a ti, gaúcho do Rio Grande, a ti brasileiro de outros estados que neste instante está ouvindo as nossas palavras e a ti soldado do Brasil, das nossas forças públicas, Exército, Marinha e Aeronáutica. Atentem para a realidade que estamos vivendo, atentem para a gravidade desse momento. Defendemos a honra e a dignidade do povo brasileiro.

"Defendemos a honra e a dignidade do povo brasileiro"



MANHÃ DE TERÇA, 29 DE AGOSTO DE 1961



TARDE DE TERÇA, 29 DE AGOSTO DE 1961



EDITORIAL DO DIÁRIO DA MANHÃ

Com a renúncia do presidente Jânio Quadros por motivos ainda ignorados, mas sem dúvida muito relevantes, a Nação foi mergulhada na mais grave das intranquilidades, com a ameaça da subversão da ordem constitucional. O presidente renunciou e o vice-presidente encontra-se ausente do país, cumprindo, no exterior, missão do Chefe do Governo que deixou o poder. Por força de dispositivo da Constituição da República, esperava-se que o vice-presidente regressasse com urgência para ocupar o cargo de presidente. Lamentavelmente, isso não aconteceu.

Os velhos e incorrigíveis golpistas tentaram e ainda tentam garrotear a Constituição, com objetivo de ocuparem o poder contra a vontade do povo, amparados pelo Direito da Força. A reação do país a esses propósitos golpistas foi feita de imediato. O primeiro homem a ocupar a barricada da Legalidade foi o Governador Leonel Brizola. Tomou posição clara e definitiva, reagindo contra as manobras golpistas que visavam impedir, pela força das armas, a posse do vice-presidente da República no posto de primeiro mandatário da Nação.

Passando da palavra à ação, o Governador mobilizou as forças de opinião pública, dirigindo-se, de instante a instante, pelo rádio, ao povo brasileiro, cientificando-o que estava decidi- do a lutar pela preservação da Constituição e das Leis em vigor até o limite de suas forças, e pela causa da legalidade constitucional estava disposto ao sacrifício de sua própria vida.

Por outro lado, os responsáveis pelos destinos das classes armadas, os mais ilustres chefes militares, receberam os propósitos golpistas do regime com visível desconformidade. As primeiras reações dos chefes militares às manobras dos aventureiros já estão chegando ao conhecimento público, razão pela qual temos a impressão de que o país encaminha-se para a normalidade, o que ocorrerá logo que o vice-presidente da República chegue ao poder.

Nas eleições de 3 de outubro do ano passado, o povo brasileiro

elegeu, liv soberanamente. 0 Presidente e o Vice da República. Com a renúncia, pela Constituição e pela vontade do povo, o Vice é assumir obrigado а Presidência e nela manterse até o término do mandato popular. Isso é o legal, o normal. o constitucional. Fora disso, é o golpe, a trapaça, o esbulho e a derrocada das instituições, o que levaria este país ao caos. Precisamos preservar a ordem legal, sob pena de sermos indignos de nós mesmos. dos nossos antepassados e das nossas tradições de dignidade e altivez. O Brasil não pode, forma de alguma, ser transformado em republiqueta sul-americana de última ordem. desprezível e desprezada pelo mundo civilizado.



A defesa intransigente da Legalidade



"Depois da dramática proclamação do governador Leonel Brizola, às onze horas e oito minutos de ontem, ao Rio Grande do Sul e a todo Brasil, a notícia do apoio do 3º Exército e da Quinta Zona Aérea à causa da Legalidade, trouxe uma sensação de alívio e desafogo aos passo fundenses e a todo Rio Grande."

A Câmara de Vereadores, em sessão permanente desde o dia 26, convocou, domingo último, todos os Presidentes de Sindicatos de Passo Fundo para participarem de uma reunião conjunta com a Câmara, a fim de ser coordenada a posição a tomar, em obediência à palavra de ordem do Governador Leonel Brizola, como líder nacional da defesa da ordem jurídica e da Constituição, e de acôrdo com a posição desde logo adotada pelos representantes do povo passo-fundense.

À reunião, iniciada às 21 horas, compareceram os seguintes vereadores: Rodolpho Rodrigues de Lara, Vice-Presidente no exercício da Presidência; Ernesto Scortegagna, 1º Secretário; pelo PTB: Wilson Garay, líder da bancada, Odilon Soares de Lima, vice-líder, Celso Busato, Carlos De Danilo Quadros e Bernardino Guimarães; pelo PSP: Delmo Alves Xavier, Pedro Monteiro da Costa e Centenário do Amaral, Presidente da Casa, que no decorrer dos trabalhos assumiu a Presidência; pela Coligação Democrática Passo-fundense: Pery Marzullo, líder e Fidêncio Franciosi; pelo PTN: dr. Simões Pires; pelo PDC: Juarez Diehl.

Compareceram representantes dos seguintes Sindicatos: Alimentação, Metalúrgicos, Ferroviários, Transportes, Coletivos, Empregados do Comércio, Construção Imobiliária, Caixeiros- Viajantes, Jornalistas, União Passo-fundense de Estudantes, Federação Universitária Passo-fundense, e Centro Acadêmico João Carlos Machado.



Câmara Municipal de Passo Fundo Nota Oficial

A Câmara Municipal de Vereadores, pela unanimidade de seus componentes, em perfeita sintonia com o Poder Executivo Município e o Govêrno do Estado do Rio Grande do Sul, cumpre o indeclinavel dever de apelar à população civil de Passo Fundo para que se mantenha calma e confiante na patriótica ação das autoridades militares, na preservação da legalidade constitucional.

Manifesta os seus aplausos e os do povo à sábia e oportuna decisão dos Excelentíssimos comandantes do III Exército e da 5.a Zona Aérea, tentando livrar os riograndenses de uma luta

Apela ao povo que se mantenha calmo e unido em tôrno das autoridades municipais que, na hora necessária, por meio das nossas duas emissoras, dará a orientação acertada na difícil Passo Fundo, 28 de agôsto de 1961.

CENTENARIO DO AMARAL

HOUR HOURS

AUDIO VISITOU OS PO DERES CONSTITUIDOS

Bispo Diocesano, Dom Cláuio Colling, domingo à noite manteve contactos reservados com o prefeito Benoni Rosado, com o vereader Centenário do Amaral, presidente do Legislativo com 0 00mandante do 2.º Batalhão Policial e com o comandante do 1/20.º R.

CONTRACAPA DE 29 DE AGOSTO DE 1961



MANHÃ DE QUARTA, 30 DE AGOSTO DE 1961



TARDE DE QUARTA, 30 DE AGOSTO DE 1961















MANHÃ DE QUINTA, 31 DE AGOSTO DE 1961



TARDE DE QUINTA, 31 DE AGOSTO DE 1961



PRIMEIRAS HORAS DE 1° DE SETEMBRO DE 1961



INSTRUCÕES

Comités de Resistencia ocrática de Passa Fundo

lesistência

Democratica serão as organizações; torios forms de objer melhores ouebinira pura que o povo posas reas dições de vida para o povo brastir e vercer sun luta en defesa da Jerro. Combinação e dos decesos e liber-

loguis de Irabalto, profiuses, etc. | quer alixidades).

3.0 - Ceda Comilé deveré ser 7.0 - Qualquer anormalidade denuno, Prosidente. Secretisio e Te- Contral. security, excellences democratica-Comità.

4.0 - Semper que haja mais de quantos sejem necessirios

5.0 - Os Comois dourdo per- on todo o presa. manute futeicecció meno spis a 10 m On menicos dos Corrella. posse de Dr. Joso Goulas, pois se de Residèreia Demaration devempopular anda depois da vitora. Es e a organização odissituem pelacisindiações populares e impulsimas trustes estrutações.

Lo - Os Comités de Resistência o progretas social em novas Pátrio,

6# -- Cafa Comisi drvers ter pdodes dos cidadlos. na lata co estação com o noisse de 20 - Os Comités desen ser cr- todos os seus membros, bem como ganizados por beirros, mus, quedros, o enderigo e aptidos (para quels-

ama Disetoria composta de, no mi- verá ser comunicado so Comendo-

Lo - Are Comitie compete susmeste per todos os componentes do cultur e levar as pelavera de ordem à população da ema orde estejainstalado.

9.0 - Cabe ao Comité mobilizar vinte prassus tracritas en um Corri- o maior mimero de pennes para deth hire podera autolividir-se un fore do regime e des composites popalares, e. co merco tempo, esclaro-

es recessirio menter a siglificia for serure on mente que a unidade to é uma das consignes pero que o pios fandamentais pora a vitório do nose não sela surpressido per 60- povo. Enquente o povo alo se erwas becombine galaxies. Alfer Gosp games a se unit, of governatio no & neperales conquetes noves on Bruit spates que feçan o May don

TARDE DE SEXTA, 1° DE SETEMBRO DE 1961

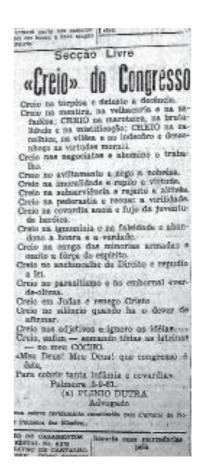


DESFRALDA A BANDEIRA DA LEGALIDADE



SESSÃO LIVRE: A RIMA TAMBÉM SE MANIFESTA





Poemas e paródias de todos os tipos tinham espaço nos jornais da época. A liberdade de se expressar, somada à atmosfera de tensão e revolta que pairava nas ruas, causava reações das mais diversas, por vezes até exageradas, como o poema "Endireitem essa porqueira" e o pesado "Creio do Congresso"

MANHÃ DE SÁBADO, 2 DE SETEMBRO DE 1961



TARDE DE SÁBADO, 2 DE SETEMBRO DE 1961



MANHÃ DE DOMINGO, 3 DE SETEMBRO DE 1961



TARDE DE DOMINGO, 4 DE SETEMBRO DE 1961



"INEDITORIAIS" O NACIONAL, 4 DE SETEMBRO DE 1961

GOLPE CONGRESSISTA

O Congresse Nacional, no Jesto anesto de redar inte guerra cirál, catastrófica para o Pela, decidiron, a última hora, pete cisoplo gira e simples do pelarmaniarismo. Con tato — disem no congresarions — foi seconimida, seffin, ano formata legal, visando a soboglio da problema branticiro.

See parlementarista.

bias, não ervio que a medita seosegarà a Jamilia brasileira. O porto já telo forme, não es secuestes indiferente seo escentos mesconio. O pote setá alerta e aão acedenta qualquer forma resirritiva, imposta ao movo presidente es República.

Qualquer medida de amorgáncio são sercirá de soloção. Uma emenda o Corta Maguel ama sesure um cremendos. E, asses emes, a amorgão será pior que o posetos....

O grópeio es Rani Filla, cavaleiro andare le de pariamentariame, à contriere à adeque da regure de gabriante, a toque és calca, pará tapar es resches de barce presidencialirla. Des neleção de emergianis não tranquillante, o pesa Berence persar no pariamentariamo, e galeccias, para uma gentos perfector à de article desarte. Na presente conjuntura, to anteção será resoluda como um golpe congres-

O or Join Genhert for eleito pelo materia de peus basalleiro, em memoriavel pleito, para l'orge-Precidente, letta é, para e ciao em que, havesdo impedimento ou vaga, vienos a cestamente de la ligacia de la para e Precidencia de República. O poro des activos esberaros, directamente, pelo sistema prosofercialista, e, certamente, para o ar Join Gellert escrere cesos Precidentes anteriores, no para ou con licho un prorregalizan dos Previdentes anteriores, no dadarente o ur. Jámo Quadros.

Foi cleito para uma ceisa e o Congressa quer dar-lhe cuira... O povo sentir-os-a desrespeitario, enganado, lufibriado.... A sobsente receito cuida por bares.

ranta pepular catră por terra...

O pore, sem divida, teré de enigir o comprimento da ki. o respeito à Constituição, a pristen integral da Agadidado...

Não se confarinses com pellativos. O er. João Goslari foi cicito para, nama eventualilario, governur com pederas de gaséras presilemetalleta, sees limitações e nem quebra da Co larra Magna.

E into procise ser feito. O pevo está acerleio. Está siaria. Não se cerdormaré com co mendas e nem recesções. Não occiderê co pipes de qualquer naturena, sem mestro do

Accitar o parlamentarismo, nesta evenmilitado, será a correleão em todo o Palo. E E CAPRUNI

GERME DA INFIDELIDADE...



...AOS PRÍNCIPIOS DEMOCRÁTICOS



MANHÃ DE SEGUNDA, 5 DE SETEMBRO DE 1961



TARDE DE SEGUNDA, 5 DE SETEMBRO DE 1961



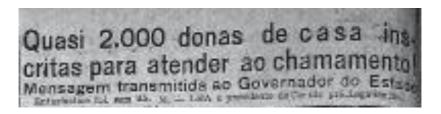
MANHÃ DE TERÇA, 6 DE SETEMBRO DE 1961



TARDE DE TERÇA, 6 DE SETEMBRO DE 1961



MULHERES PELA LEGALIDADE



As mulheres passo-fundenses não ficaram de braços cruzados durante a crise da Legalidade. Elas não foram apenas coadjuvantes. Elas responderam ao chamado do momento com determinação. Com certeza algum estudioso ainda vai se debruçar sobre o que fizeram as mulheres de Passo Fundo naquele 1961 quando o conflito se apresentou com suas piores nuances.

A notícia que O Nacional estampa em 6 de setembro desse ano é reveladora, por si só, da participação da mulher no episódio da legalidade: "Quase 2.000 donas de casa inscritas para atender ao chamamento". Em mensagem ao governador Leonel Brizola a sra. Irma Helena Salton, presidente da Comissão Municipal da Legião Brasileira de Assistência e do Comitê Pró-Legalidade diz que "em face do pronunciamento do general comandante do III Exército, dirigindo um apelo aos seus camaradas, prenunciativo à Constituição, em nome do C.M. da L.B.A. e do Comitê Pró-Legalidade, venho comunicar Feminino ao nosso intrépido Governador, baluarte da legalidade, que 400 donas de casa se encontram em plena ação pela Democracia e mais de 1.700 mulheres acham-se inscritas, aguardando o chamamento".

A mobilização feminina em Passo Fundo inicia tão logo a crise se instala e, num crescendo, vai empolgado toda a comunidade. E foi além do simples discurso. Subcomitês Femininos foram insta- lados nos bairros com uma estratégia bem definida, começando por prestar "esclarecimento

sobre a situação de objetivos do movimento pró-legalidade, orientação da mulher e seu papel".



MANHÃ DE QUARTA, 7 DE SETEMBRO DE 1961



TARDE DE QUINTA, 8 DE SETEMBRO DE 1961



MANHÃ DE SEXTA, 9 DE SETEMBRO DE 1961



RECADO PARA 1964?

No dia 13 de setembro de 1961, uma terça feira, já com legalidade preservada com Jango Goulart, era difícil não crer que a vida no Brasil entrava em sua normalidade.

Nesse dia O Nacional publicava o artigo "Vulnerabilidades do Estado", assinado pelo General Aurélio de Lira Tavares, que pode ser interpretado como alerta para a possibilidade de novas crises como a que culminaria com o golpe militar de 1964.

Aluno da Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, Lira Tavares formou-se também em direito e em engenharia. Comandou a Escola Superior de Guerra e foi ministro do Exército no governo de Costa e Silva. Com o afastamento do general-presidente por motivos de saúde, Lira Tavares integrou o triunvirato formado também pelo almirante Augusto Rademaker e pelo brigadeiro Márcio de Sousa e Melo, tendo governado o país de 31 de agosto a 30 de outubro de 1968, até que o general Emílio Garrastazu Médici fosse escolhido presidente da República. Foi membro da Academia Brasileira de Letras, eleito em abril de 1970. Depois de compor a junta militar, foi embaixador do Brasil em Paris, de 1970 a 1974.



Possivelmente nem todos que leram o texto "Vulnerabilidades do Estado" conseguiram contextualizá-lo, mas o general sabia do que falava e mandou seu recado:

"O s antagonismos que podem ameaçar a segurança do estado, encarado como organismo vivo, têm, conforme a sua natureza, dois campos de ação distintos: o território e a comunidade nacional, aí incluído o Governo, que é o órgão diretor dessa comunidade.

A guerra clássica tradicional, de natureza predominante- mente militar, consiste na ação direta contra o território nacional, mediante a invasão de fronteiras e a penetração ostensiva no interior do país, para o fim de conquistá-lo para ocupação de áreas geográficas e dos pontos vitais, julgados da maior importância com o objetivo de impor a capitulação.

A invasão do território nacional é, pois, característica fundamental da ação do antagonismo militar, e se processa, em princípio, segundo as direções que levem mais facilmente a objetivos no interior do território, cuja conquista comprometa mais profundamente o sistema de defesa.

As operações são montadas e desencadeadas de fora do território nacional para a travessia das fronteiras, por meio de ações de força beneficiadas pela surpresa.

O consenso internacional tem se manifestado cada vez mais hostil a tais ostensivos e específicos atos de agressão. Eles provocam, na consciência predominantemente pacifista dos povos, um sentimento de repulsa e de condenação que resulta, quase sempre, em sanções coletivas contra os Estados agressores, cujos objetivos são atingidos por tais processos. A este se opõe e contra ele se mobiliza o poder moral e material da coletividade das nações. E isso se verificará sempre com mais veemência, em face do ambiente psicológico criado com aparecimento da arma atômica.

No mundo atual, sobretudo depois de 1945, a destruição do poder e da máquina do Estado, para fins de aniquilar-lhe a capacidade de resistência e tornar inconseqüentes as manifestações da soberania, obedece a processos mais sutis, com que o agressor procura os mesmos objetivos escapando à vigilância e às sanções internacionais. Asfixia-se

primeiro a consciência da comunidade nacional, persuadindo-a a defender como se fossem seus os interesses do Estado agressor.

Os campos mais propícios ao trabalho progressivo de penetração e de atuação no espírito daquela comunidade, para fim de confundi-la e dominá-la são o político e econômico e o psicológico. Importa sobretudo impressionar o pensamento das massas, arregimentando-as contra as elites e contra o Estado.

Os regimes democráticos, construídos e apoiados sobre a expressão numérica do eleitorado, são tanto mais vulneráveis quanto menos esclarecidos é a opinião pública e quanto menor o grau de cultura e discernimento das classes numericamente mais expressivas. Elas podem ser mais facilmente comandadas por líderes ocasionais que as empolguem, pela demagogia, terminando por conquistarem o poder de orientá-las. Dai a importância da educação do povo que constitui dever e atribuição do Estado, e representa importantíssimo papel no quadro da segurança nacional. O campo econômico, particularmente nos seus reflexos sobre o padrão de vida da população e no que toca à conquista progressiva da auto-suficiência do estado, nos seus elementos essenciais à vida, pode apresentar vulnerabilidades perigosas no impacto de antagonismos que sobre eles atuem, com o objetivo de comprometer a liberdade de ação e, por isso mesmo, a independência do Estado. Não é necessário, para isso, a ação direta de agentes estrangeiros, sobretudo quando o trabalho de agressão se processa na formação de lideres nacionais formados em ideologia politica e social contrária à vontade da comunidade nacional, mediante trabalho de categuese, de propaganda e de infiltração que convenha e seja possível ao Estado agressor.

Não é, pois, a conquista direta do território visam estas formas nova de agressão. Essa conquista virá como consequência do controle do Estado, através da penetração na consciência da comunidade nacional e na influencia na sua orientação, o que constitui processo indireto de conquistar o domino do território.



A segurança nacional terá, pois, que ser estudada e estabelecida mediante a análise fria e cuidadosa de todos esses antagonismos que podem atuar, tanto sobre o território, como sobre o espirito da comunidade nacional, para a correção oportuna das vulnerabilidades perigosas de cada um desses dois elementos que compõem o organismo do Estado."



Catálogo do Projeto Passo Fundo www.projetopassofundo.com.br

esatio ao Bombardeio! A vespera de um ataque a PALACIO PIRATIN

> Folhear as edições de 26 de agosto a 9 de setembro de 1961 dos jornais Diário da bém com garra, muita garra."



Piratini. Brizola foi para egalidade e fêz vecmer rante três horas tôdas a

ador de Guiás

o ordens que impli mento de sangue do p



Aviamos receitas para ócu Empregamos somente osfa sos cristais "BAUSCH & LOI

Avenide Brazil, 253

Manhã e O Nacional com a cobertura do movimento da Legalidade é experiência notável. Os diretores Múcio de Castro, de O Nacional, e Túlio Fontoura, do Diário da Manhã, nos deixaram, nessas páginas históricas, exemplo vivo de como cumprir suas obrigações com alma. E, claro, tam-



Passo Fundo

DIARIO INDEPENDE

MCCIO DE CASTI

Brasil à mar

sião, em frente ao palé

CULOS

yban - 600,00 - 400,00 Saldos de Balanço

dos de tôrno e Liga de D nal |núc

Ida eletrica